



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal



HABEAS CORPUS Nº: 0205600-4

010

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 001.2009.124423-5

COMARCA : Recife -- 3ª Vara do Tribunal do Juri
IMPETRANTE : Carlos Alberto Rodrigues Lima
PACIENTE : Aridelson Oliveira da Cunha
PROCURADOR : Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti
RELATORA : Desª Alderita Ramos de Oliveira

EMENTA:

6534
PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. CONCURSO DE AGENTES. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE DESFUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. INOCORRÊNCIA. CUSTÓDIA CAUTELAR FUNDADA NAS CIRCUNSTÂNCIAS CONCRETAS QUE ENVOLVEM O CRIME E REITERAÇÃO DELITIVA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. DECRETAÇÃO AUTORIZADA PARA SALVAGUARDAR A ORDEM PÚBLICA. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I – Tendo o Juiz se arrimado, ainda que de forma sucinta, na prática reiterada de delitos pela paciente, ressaltando a periculosidade da agente, em face do *modus operandi*, não há que se falar em carência de fundamentação do decreto preventivo. Precedentes do S.T.J.

II – As condições pessoais favoráveis do réu não têm o condão de, por si sós, garantirem a concessão da liberdade provisória se há, nos autos, elementos hábeis a recomendar a decretação de sua custódia cautelar, nos termos do art. 312, do C.P.P. Precedentes do STJ.

III – Ordem denegada. Decisão unânime.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal



011

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº 205600-4 no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 03 de fevereiro de 2010


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
Presidente/Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

012

HABEAS CORPUS Nº: **0205600-4**
AÇÃO ORIGINÁRIA Nº **001.2009.124423-5**
COMARCA : Recife - 3ª Vara do Tribunal do Júri
IMPETRANTE : Carlos Alberto Rodrigues Lima
PACIENTE : Aridelson Oliveira da Cunha
PROCURADOR : Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti
RELATORA : Desª Alderita Ramos de Oliveira

RELATÓRIO

O bel. Carlos Alberto Rodrigues Lima impetrou ordem de *habeas corpus* liberatório, com pretensão liminar, em favor de **ARIDELSON OLIVEIRA DA CUNHA**, devidamente qualificado na atrial (fls.02), alegando que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal em face da ordem de prisão preventiva decretada no âmbito do processo-crime nº **001.2009.124423-5** pelo Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca do Recife, perante o qual o acusado responde, juntamente com **Leandro Oliveira da Silva**, pela prática do delito capitulado no art.121, §2º, incisos I e IV¹, c/c o art.29², ambos do Código Penal.

Em suas razões, o impetrante argumenta que o decreto constitutivo impugnado carece de fundamentação, sem respaldo em qualquer elemento fático-probante, razão pela qual pugna pela revogação da aludida ordem prisional, acrescentando que o paciente faz jus à liberdade provisória.

¹ Art. 121 - Matar alguém: (...)

Homicídio qualificado

§ 2º - Se o homicídio é cometido:

I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe; (...)

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; (...)

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

² Art. 29 - Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

013

A inicial veio acompanhada dos documentos de fls.08/14.

Às fls. 12/14, o eminente Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima, por ocasião do Plantão Judiciário do dia 28/12/2009, indeferiu o provimento liminar vindicado na inicial.

Despachei às fls.22, solicitando informações à autoridade indigitada coatora, que as prestou às fls.26.

Instada a se manifestar, a douta Procuradoria de Justiça ofereceu parecer às fls.30/31, da lavra do Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti, opinando pela denegação da ordem.

Está feito o relatório

Recife, 03 de fevereiro de 2010


Desª. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

014

HABEAS CORPUS Nº: **0205600-4**
AÇÃO ORIGINÁRIA Nº **001.2009.124423-5**
COMARCA : Recife -- 3ª Vara do Tribunal do Júri
IMPETRANTE : Carlos Alberto Rodrigues Lima
PACIENTE : Aridelson Oliveira da Cunha
PROCURADOR : Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti
RELATORA : Desª Alderita Ramos de Oliveira

VOTO

Trata-se de *habaes corpus* liberatório que se insurge contra a prisão preventiva do paciente, decretada por ocasião do recebimento da denúncia, ao argumento de que o Juiz *a quo*, ao determinar a segregação cautelar do investigado, não indicou elemento concreto que configure qualquer das hipóteses autorizadoras previstas no art.312 do CPP.

Observo que o Julgador da instância primária, em sua parte dispositiva, decidiu com lastro nos fundamentos, a saber (fls.09/10):

"(...) Compulsando os autos, constato que a materialidade delituosa está comprovada pelos testemunhos colhidos durante o inquérito policial. Com relação à autoria delitiva, a prova deponencial coligida na peça informativa constitui elementos indiciários que a direcionaram aos imputados. Várias testemunhas falam do envolvimento do denunciado Leandro Oliveira da Silva. Por sua vez, a irmã da vítima, a Sra. Sandra Cecília Pereira da Silva, disse que o acusado **Aridelson Oliveira da Cunha também participou do evento delituoso** (...) Por outro lado, constato que o acusado **Aridelson Oliveira da Cunha responde a outros dois processo**, cujos feitos: 001.2007.033359-0 e 001.2009.121999-0 tramitam, respectivamente, perante a 2ª Vara dos feitos relativos à entorpecentes e a 4ª Vara do Tribunal do Júri. Os Tribunais Superiores têm entendido que a segregação cautelar por garantia da ordem pública visa acautelar o meio social, evitando a repetição de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

015

condutas ilícitas. Neste sentido, a despeito do posicionamento de que a gravidade em abstrato do crime, por si só, não constitui fator de legitimação da privação cautelar da liberdade, entendo que nos presentes autos há indicativos de que os réus agiram com desprezo à vida humana, e devem, pois, ser detidos provisoriamente, ante a possibilidade de reiteração criminosa. Isto posto, considerando que se fazem presentes os requisitos autorizativos, visando a garantia da ordem pública, bem como a instrução criminal (...) acolho a representação da autoridade policial, corroborada pelo Ministério Público e decreto a custódia preventiva dos réus LEANDRO OLIVEIRA DA SILVA e ARIDELSON OLIVEIRA DA CUNHA(...).(NEGRITEI)

Note-se o paciente está sendo acusado de haver cometido, juntamente com outro denunciado, o crime de homicídio, movido pela promessa de recompensa, havendo executado à traição o delito em apreço, sem oferecer a possibilidade de defesa ao ofendido.

Conforme se depreende do decreto prisional, ao ordenar a prisão cautelar do paciente e do co-denunciado com vistas a garantir a ordem pública, o togado monocrático se amparou nas **circunstâncias particulares** do caso, as quais revelam a periculosidade dos agentes, o que, por si só, autoriza o acautelamento preventivo ora impugnado.

Assim, muito ao revés do que alegou o impetrante, constato que o Magistrado do 1º grau não se embasou apenas na gravidade em abstrato subsumida do próprio tipo penal para fundamentar a ordem prisional hostilizada, a qual, embora sucinta, encontra-se, a meu ver, devidamente fundamentada, posto que o **modus operandi** do crime de homicídio qualificado em apreço, demonstra a personalidade dos acusados voltada para a prática criminosa, a ponto de justificar a sua custódia preventiva, eis que indicativa de afronta à ordem pública.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

016

Corroborando tal entendimento, trago à colação julgado, do teor seguinte:

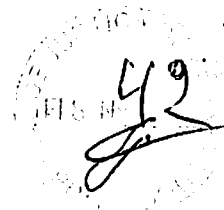
*"Estando o decreto preventivo satisfatoriamente justificado no **modus operandi** e na **gravidade concreta da ação delituosa**, resta evidente a necessidade de proteção da ordem pública. Ordem parcialmente conhecida e, nessa extensão, denegada."*
(HC 129.659/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 23/06/2009, DJ de 03/08/2009)

Forçoso acrescentar que, além de tal motivação, o decreto preventivo está fundamentado no fato de que o paciente é propenso à prática de crimes.

Com efeito, a **reiteração delitiva**, demonstrada, no caso concreto, denota periculosidade suficiente a justificar a custódia cautelar para garantir a ordem pública, consoante entendimento jurisprudencial, a saber:

*"Resta devidamente fundamentado o decreto prisional, com expressa menção à situação concreta que se caracteriza pela garantia da ordem pública, em virtude da **reiterada atividade delitiva**, que demonstra a possibilidade de prática de novos delitos (Precedentes)."*
(RHC 21.709/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 25.10.2007, DJ 17.12.2007 p. 227)

De outra parte, conquanto o impetrante tenha argumentado que o paciente faz jus à **liberdade provisória**, cumpre esclarecer que ainda que o mesmo possua condições pessoais favoráveis, tal situação não tem o condão de, por si só, garantir a concessão da referida benesse se há, nos autos, elementos hábeis a recomendar a decretação de sua **custódia**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

017

cautelar, ex vi do disposto no parágrafo único do art.310, da Lei Adjetiva Penal.

A construção jurisprudencial não discrepa de tal entendimento, senão, vejamos:

"Condições pessoais favoráveis do agente não inviabilizam a prisão preventiva, se a manutenção da custódia encontra respaldo em outros elementos dos autos. Recurso parcialmente conhecido e desprovido."
(RHC 20.092/SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 26.09.2006, DJ 23.10.2006 p. 328)

Bem de ver que, da leitura dos autos, observo que o subscritor da peça de ingresso não logrou êxito em comprovar que o paciente é primário e muito menos de que o mesmo goza de bons antecedentes, requisitos imprescindíveis à concessão da benesse em apreço.

Isto posto, em consonância com o posicionamento ministerial, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife – PE, 03 de fevereiro de 2010

Des^a. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora